

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7938 | Salvador, quarta-feira, 17.06.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes



CORONAVÍRUS

**Avanços em negociação
com o Banco do Brasil**

Página 2

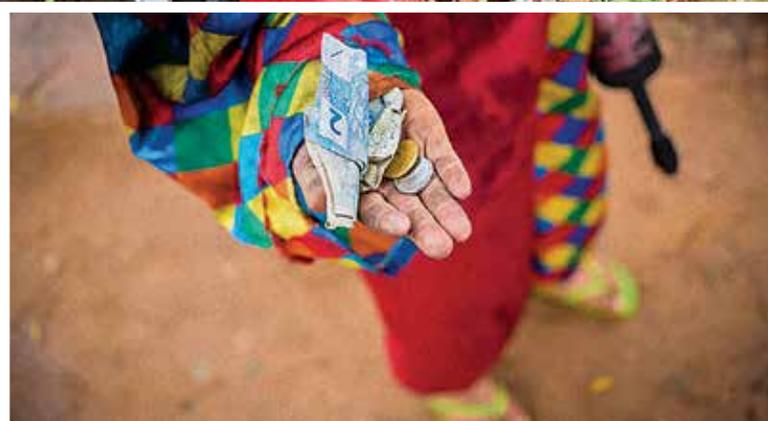
**Pandemia: elevação
do trabalho infantil**

Página 4

O Santander não respeita os bancários



FRANCIELE MOTA



THIAGO QUEIROZ

No Brasil de hoje, sair de casa para trabalhar já tem sido difícil, pelo medo de contágio pela Covid-19. Além do temor da doença, os bancários do Santander ainda têm de conviver com assédio e metas todos os dias. Para piorar, o banco descumpre o acordo e tem demitido durante a pandemia. Os funcionários exigem respeito. Página 3

Com a pobreza acentuada, mais do que nunca, é necessário proteger as crianças do trabalho infantil

Compromisso do BB é não descomissionar

Banco também faz acordo sobre as horas negativas

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

TERMINOU com avanços a reunião entre a CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários) e a direção do Banco do Brasil na noite de segunda-feira. A instituição financeira firmou o compromisso de não descomissionar empregados enquanto durar o estado de calamidade pública por conta da pandemia causada pelo coronavírus.

Os representantes dos bancários e o BB também chegaram a um acordo para a compensação das horas negativas. O documento, que deve ser colocado em votação com os trabalhadores, vai estabelecer a quantidade de horas extras até 31 de dezembro deste ano e abono de 10% dessas horas com prazo de 18 meses para que sejam compensadas.

Medo faz brasileiro tolerar o assédio moral

MUITOS profissionais que sofreram ou presenciaram algum tipo de assédio moral se calaram por medo de demissão. De

A retomada das negociações com o Banco do Brasil começou na sexta-feira passada. Na oportunidade, a empresa apresentou as medidas adotadas em conjunto com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) no intuito de prevenir o contágio da Covid-19 e proteger a saúde dos funcionários, clientes e da população.

A padronização nos protocolos de sanitização de unidades e o afastamento de empregados com suspeita ou com a confirmação da doença foram discutidas, pois alguns gestores têm tomado medidas distintas para casos semelhantes. A testagem para todos os bancários, férias, cobrança de metas neste período e flexibilização do horário estiveram em pauta.

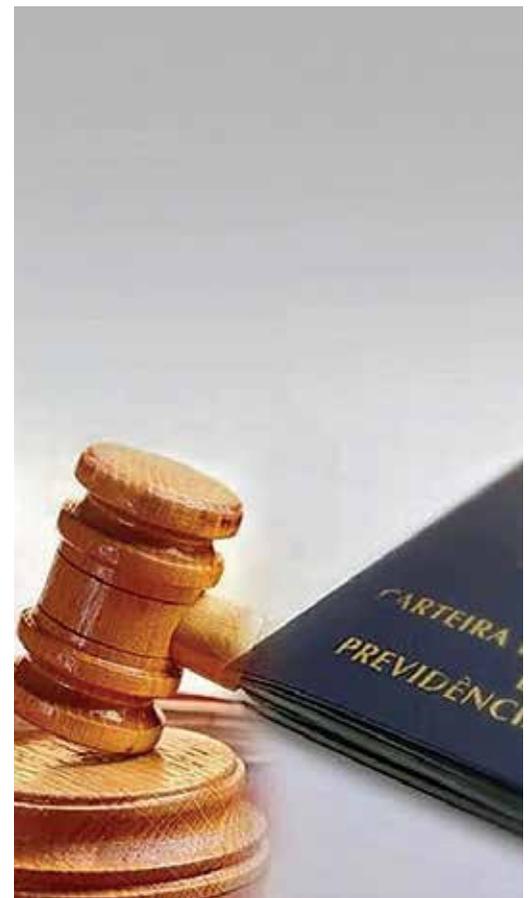
Outro item debatido foi a questão de alguns funcionários do BB já estarem há quase dois meses de férias compulsórias. Muitos deles perderam as férias e ainda tiveram que entrar no banco de horas para manter o isolamento social.

acordo com pesquisa do IPRC (Instituto de Pesquisa do Risco Comportamental), o índice chega a 41%.

O levantamento, feito em 24 empresas brasileiras privadas, revela que também é alta a taxa dos trabalhadores que escondem o assédio sexual e não denunciam, 37%.

O levantamento trabalhou com três frentes: assédio moral, assédio sexual e corporativismo. O último tema, que se caracteriza em uso de poder para privilegiar o bem-estar de determinados grupos, é suportado por 47% das pessoas. Para os entrevistados, a prática de “panelinhas” nas empresas causa desunião e distanciamento na equipe de trabalho.

Vale lembrar que o assédio moral é um conjunto de comportamentos que indicam uma imposição ao assediado, exercendo assim um domínio e subjugando a vontade da vítima. Já o assédio sexual se caracteriza no ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, geralmente praticado de forma escondida, para que não se possa identificar o assediador.



Justiça do Trabalho acumula 35.699 ações

Em dois meses, 27.986 processos citam a Covid-19

A PANDEMIA da Covid-19 elevou o número de ações trabalhistas. Só nos últimos dois meses, dos 139.816 processos protocolados, 27.986 citam o coronavírus. Os dados foram levantados a partir de análise do Termômetro Covid-19, da Justiça do Trabalho.

O número representa 20% do total dos processos ingressados entre 11 de abril e 9 de junho. Analisando os dados desde o início da pandemia no país, em março, são 35.699 ações trabalhistas relacionada ao vírus. O valor total dos processos ultrapassa R\$ 1,99 bilhão, uma média de R\$ 55.715,00 por ação.

Mas, nos últimos dois meses, apenas 8,47% das questões foram julgadas procedentes e 0,88% parcialmente procedentes. Os acordos homologados chegaram a 8,7%. Outros 21.840 processos estão pendentes. O número representa 78,04%.

A desorganização do governo Bolsonaro é um dos fatores responsáveis para o aumento do número de ações trabalhistas, como a criação das Medidas Provisórias 927 e 936, que alteram direitos trabalhistas e prejudicam os trabalhadores brasileiros.





Bancos são investigados

A ATUAÇÃO abusiva dos bancos no empréstimo consignado aos idosos está na mira da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), que quer a suspensão da cobrança enquanto durar o período de calamidade pública, provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Uma investigação aberta com base em reclamações feitas à Ouvidoria do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), sobre operações feitas entre 2017 e 2019, revela abuso nas taxas cobradas por 10 organizações financeiras. Estão na lista o Pan, líder em queixas, Itaú Consignado, BMG e Cetelem.

De acordo com o Banco Central, as dívidas de aposentados e pensionistas do INSS no crédito consignado somaram R\$ 138,7 bilhões em 2019, aumento de 11% na comparação com 2018.

Os consignados são cobrados diretamente das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS. Pela regra, não podem ultrapassar 30% do benefício e tem mais uma margem de 5% destinados ao cartão de crédito consignado.

Privatizações na mira do TCU

APÓS o movimento sindical e deputados federais manifestarem preocupação com a privatização de ativos da Caixa, o TCU (Tribunal de Contas da União) vai avaliar os processos através da Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão.

Para a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), a privatização do banco está sendo conduzida de forma irregular porque falta autorização do Congresso Nacional para a venda dos ativos. Na reunião com o presidente do TCU, José Mucio Monteiro, na segunda-feira, a parlamentar alertou que foram detectadas algumas irregularidades no processo de abertura de capital, como a ausência de transparência no procedimento licitatório da contratação da consultoria.

O papel social da Caixa e a contribuição dada à sociedade, principalmente neste período de crise do novo coronavírus, também foram destacados pelos representantes dos empregados durante a reunião.

Mesmo assim, o governo segue ameaçando as estatais. Pedro Guimarães, presidente da Caixa, reforçou os planos de vender partes lucrativas do banco. Admitiu a possibilidade da venda da área de cartões antes da Seguridade, dependendo do cenário econômico.

Luta contra as arbitrariedades do Santander

Banco cobra metas, assedia e demite

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

EM PROTESTO contra as arbitrariedades cometidas pelo Santander durante a pandemia de Covid-19, os sindicatos organizaram um Dia de Luta com tuitagem e manifestações nas redes sociais, ontem. Apesar do isolamento social e da crise econômica por conta do novo coronavírus, a empresa cobra metas abusivas aos funcionários, assedia e demite, ignorando o próprio compromisso de garantir o emprego.

Os bancários sofrem com a pressão por parte de gestores e uma possível demissão em massa em meio à pandemia ainda causa desespero. Para piorar, o Santander tem pressionado os trabalhadores para voltar ao trabalho nas agências, justamente quando o número de mortes e de contaminados dispara no país.

Também aproveita o momento para retomar a discussão sobre a criação de um novo plano com contribuição definida para o plano de Previdência dos empregados. Importante lembrar que o Santander lucrou R\$ 3,85 bilhões nos três primeiros meses de 2020 e a rentabilidade no Brasil atingiu 22,3%.

Caixa precisa contratar mais

DEPOIS de pressão dos sindicatos, a Caixa contratou cerca de 300 empregados aprovados no concurso de 2014, no início de maio, para atuarem, principalmente, nas agências do Norte e Nordeste. Mas, o número é insuficiente. Basta observar as filas diárias nas unidades do banco para chegar à conclusão.

Nos últimos cinco anos, o quadro de pessoal do banco despencou, saindo de 101 mil para

cerca de 84 mil. Nos últimos 12 meses foram fechados 713 postos de trabalho. Quer dizer, as recentes contratações são suprem nem o corte feito em um ano.

O resultado ficou bem mais visível nos últimos meses, com o caos nas unidades e a sobrecarga de trabalho elevada com o pagamento do auxílio emergencial para mais de 50 milhões de brasileiros atingidos pela crise causada pelo novo coronavírus.



Filas enormes comprovam que o quadro de pessoal da Caixa é insuficiente

Trabalho infantil deve aumentar

Com a pandemia, situação de pobreza é ainda mais grave

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

A META de erradicação do trabalho infantil no mundo até 2025, ao que tudo indica, terá de ser revista. Isso porque, com a pandemia do coronavírus, a situação socioeconômica tende a piorar. A estimativa da OIT (Organização Internacional do Trabalho) é de que 152 milhões de crianças do planeta estejam trabalhando atualmente.

As dificuldades impostas pela pandemia resultam em



OIT estima que 152 milhões de crianças estejam trabalhando atualmente

perda da renda familiar e interrupção da educação. Em muitos casos, as crianças, infelizmente, são obrigadas a vender a força

de trabalho para sobreviver.

De acordo com relatório divulgado em maio pelo Ministério da Mulher, da Família e do

Direitos Humanos, das 159 mil denúncias de violações feitas ao Disque Direitos Humanos, 86,8 mil tinham como vítimas crianças e adolescentes. Do total, 4.245 são referentes a trabalho infantil. O número é 14% superior ao registrado no ano anterior.

Órfãos

Outro ponto que chama atenção é que, como muitas famílias são mantidas por mulheres e idosos, com as mortes desses responsáveis o Brasil pode ter uma geração de órfãos da pandemia. Se, nesses casos, as crianças não forem acolhidas por parentes, terão de ir para abrigos públicos ou até mesmo as ruas.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

O PRINCIPAL Ministros do STF teriam dito à Folha que a demissão de Weintraub ajudaria a distensionar as relações entre Judiciário e Executivo. O ministro merece ser demitido por deseducar em vez de educar. Mas, o que precisa de fato para a normalidade institucional é Bolsonaro e o governo respeitarem a Constituição e a independência entre os poderes. O resto faz parte da democracia.

NA AUTORIDADE O novo ataque da milícia virtual contra o STF, uma imagem falsa de Marco Aurélio Mello, ainda jovem, com Fidel Castro, para insinuar que o ministro é comunista, mostra que a extrema direita não está nem aí para o inquérito das *fake news*. Obviamente, para ousar tanto é preciso ter “costa quente”. Por isso mesmo o Supremo tem de ser rápido e eficaz. Impor a Constituição.

PARA ILUMINAR A peleja entre a democracia e o neofascismo bolsonarista está naquele momento decisivo do jogo, em um empate perigoso no qual o descuido de um dos lados define a disputa. Os ministros do Supremo não podem se dar ao luxo de inabilidade ou insegurança. O STF precisa ser cirúrgico para salvar a democracia. Contra o obscurantismo, a luz das leis.

UM AUTOCRATA Desvio bolsonarista. O presidente manda o ministro da Justiça, André Mendonça, acionar a PF para investigar Noblat e Aroeira por causa de uma charge. Liberdade de expressão indiscutível. No entanto, Bolsonaro não se opõe aos ataques da milícia virtual contra as instituições, as liberdades democráticas, lideranças do Judiciário e do Legislativo. Autocracia na veia.

TODA CORDA Em tom de ameaça, Bolsonaro diz que o processo no TSE contra ele e Mourão é “esticar a corda”. O que dizer, então, do apoio e participação dele em atos a favor do fechamento do Congresso e do STF? Na real, o capitão é quem aposta no caos. Aliás, ele só é presidente por causa da ruptura institucional de 2016. É resultado de uma aberração.



Agricultores pressionam e Câmara pode votar PL de medidas emergenciais

Agricultores sem assistência

OS AGRICULTORES familiares continuam desassistidos e pressionam os parlamentares na Câmara Federal para que a proposta com medidas emergenciais para o segmento durante a pandemia da Covid-19 seja votada ainda nesta semana.

Os trabalhadores da agricultura familiar tiveram o auxílio emergencial negado, com isso atualmente enfrentam dificuldades para o comércio dos produtos e para manter a renda que sustenta a família.

O projeto de lei 886/2020 foi criado a partir de demanda

apresentada por diferentes movimentos populares do campo, que se articulam na tentativa de garantir um espaço para o setor entre as medidas que surgiram devido a crise.

Entre as medidas previstas estão a compra de itens de 70 mil famílias de agricultores para ajudar a escoar o excedente da produção e concessão de crédito para assentados. Além da garantia do abastecimento de água e luz com suspensão de cobrança e fornecimento de botijão de gás a cada família vinculada ao Bolsa Família.